



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

EMENDA Nº _____ - CCJ (SUBSTITUTIVO)
(ao PLS 1.256/2019)

Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo, e acrescenta o art. 16-E, para dar destinação proporcional aos gastos de campanha com recursos do Fundo Partidário.

Art. 1º O § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.10.....
.....

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, no máximo setenta por cento pode ser preenchida com candidaturas de um mesmo sexo, devendo as restantes, se não forem preenchidas com candidatos de sexo diverso, ficarem vazias. (NR)

.....”

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art.16-E. Os partidos políticos, em cada esfera, devem destinar às campanhas eleitorais recursos do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha de forma proporcional ao percentual efetivo de candidaturas de cada sexo.....”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora apresentamos visa clarear o sentido do Projeto de Lei, incluindo contrapartida que demonstra que a motivação não é a mitigação de direito das



SF/19826.80304-46



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

mulheres, mas o respeito à autonomia dos partidos e o combate a expedientes ilegais que desvirtuam os mecanismos de inclusão da mulher no cenário político.

Os partidos têm cada vez mais contado com mulheres em suas lideranças. Não é razoável, portanto, supor que exista discriminação de gênero que impeça candidaturas femininas a ponto de precisar de medidas de força como a atualmente existente na legislação.

A força representada pelo eleitorado feminino não passa despercebida pelos partidos. Nas eleições majoritárias, nas quais não se aplica a política de cotas, mulheres são lançadas como candidatas, justamente pela identificação do eleitorado com a presença da mulher na política, já tendo inclusive chegado à Presidência da República.

É preciso afastar, então, a ideia de que somente as cotas assegurarão a participação feminina nas eleições. Essa participação vem se consolidando por aspectos diversos que extrapolam a questão das cotas. É uma questão social.

O que é preciso combater é o uso de candidaturas femininas como instrumento de indivíduos que, se valendo da necessidade de preenchimento das cotas, cooptam candidatas que não tem efetivo interesse em concorrer, mas que recebem verba do fundo eleitoral para, em seguida, fazerem repasses a outros candidatos.

Até mesmo mulheres têm usado esse expediente indevido. Figuras políticas de longa data incentivam a candidatura de outras mulheres, mas acabam ficando com montante expressivo, quase integral, dos recursos do fundo eleitoral, anulando as chances das outras candidatas concorrerem em pé de igualdade, não exatamente com os homens, mas com as próprias mulheres.

Por outro lado, se os partidos não atingem a “cota mínima”, sofrem a sanção de ver todas as candidaturas da agremiação ou coligação serem indeferidas. E nesse caso, mesmo uma mulher teria sua candidatura indeferida. O cenário real não evidencia má fé ou preconceito das lideranças partidárias, mas sim o ainda baixo interesse de mulheres pela vida pública.

O PL não culpa ou responsabiliza as mulheres, mas tenta sanar a situação enfrentada pelos partidos a fim de garantir o atendimento da regra eleitoral. Esse quadro se mostra concomitante com as mudanças promovidas na lei eleitoral em 2009 e a instituição da cota mínima por sexo.¹

Ademais, o percentual de vagas não é, por si só, garantia de eleição de mulheres. Na eleição para a Câmara Federal em 2018, das 2.766 candidaturas femininas,

¹ <https://www.conjur.com.br/2018-out-02/opinioao-desafios-candidaturas-femininas-eleicoes-2018>



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

apenas 2,82% tiveram sucesso.² Em 2006, última eleição para a Câmara Federal antes da instituição das cotas, esse percentual foi de 6,21%, das 725 candidatas, 45 foram eleitas. O propagado crescimento de eleitas para a Câmara dos Deputados, portanto, não evidencia relação direta entre as “cotas” e o resultado das urnas.

Importante destacar ainda que as mulheres que se elegeram para a Câmara Federal em 2018 já tinham proeminência, seja na vida política, seja em outras áreas de atuação pública. Caso da Deputada Federal Joyce Hasselman, a mulher mais votada para a Câmara em 2018, e que teve sua campanha baseada nas redes sociais e nos movimentos anti-PT. Mesmo caso das mulheres que lideraram a disputa para a Câmara Federal em seus estados: Mara Rocha, mais votada no Acre, Flávia Arruda no Distrito Federal, Rejane Dias no Piauí, Rose Modesto em Mato Grosso do Sul; e ainda as Deputadas Federais Gleisi Hoffman no Paraná e Lídice da Mata na Bahia, entre outras.

Garantir candidaturas femininas e liberar os partidos de regras herméticas que pouco proveito trazem, são esses os principais objetivos da proposição. Nesse caminho, o Legislativo cumpre seu papel e firma entendimento, já exposto em decisão do Judiciário, indicando um percentual proporcional de destinação do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha para candidaturas de cada sexo.

A presente emenda busca afastar entendimentos equivocados, garantindo que os partidos mantenham a busca por candidaturas de cada sexo, mas que não sejam penalizados pelo quadro político que se apresentar em cada pleito. Com isso, a autonomia partidária e a busca por igualdade ficam asseguradas.

Senado Federal, 14 de Março de 2019.

SENADOR ANGELO CORONEL
(PSD – Bahia)

² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/percentual-de-mulheres-eleitas-para-a-camara-cresce-de-10-para-15.shtml>

